

**SOCRATES CURRIT BENE:
UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA DA GRAMÁTICA***
Elisa Figueira de Souza Corrêa (CNPQ/PUC-RIO)

**Toda ciência se alimenta do próprio passado
(R. H. Robins)**

Ainda que a linguística normalmente conte seus aniversários a partir do clássico *Curso de Linguística Geral* (1916), de Saussure, seus primeiros passos podem ser localizados muitos e muitos séculos antes, na Antiguidade Clássica, quando os primeiros pensadores gregos começaram a questionar-se sobre fatos da língua. O sofista Isócrates (436-338 a. C.) afirmava, por exemplo, que *a fala nos ajudou a conseguir praticamente tudo que percebemos*, pois é através dela que se diferenciam homens e animais (HARRIS; TAYLOR 1997, p. vii).

1. Grécia: a filosofia linguística

A Antiguidade Clássica começa no século VIII a. C. e sabe-se que, já nessa época, os gregos reconheciam que as palavras mudavam ao longo do tempo (embora vissem a etimologia como uma busca pelo *verdadeiro* sentido das palavras, perdido ao longo do tempo).

Como na Grécia o exercício político demandava habilidade com a língua, desenvolveu-se desde logo uma educação baseada nas *artes do discurso*: a retórica, a lógica e a gramática, as quais se enquadravam, porém, dentro da Filosofia. Além disso, alguns aspectos da natureza das línguas seriam longamente debatidos.

No *Crátilo*, de Platão (427–347 a. C.), uma questão de grande importância para os estudos linguísticos é levantada: a *arbitrariedade*, i.e., se a linguagem é natural ou convencional. Quanto a essa

* Esse trabalho é um fragmento da monografia final do curso *Evolução do Pensamento Linguístico* (Mestrado da PUC-Rio).

questão, Sócrates se põe em uma posição ambígua, porém. Harris e Taylor (1997, p. xv) afirmam ser essa primeira a questão mais duradoura na história do pensamento linguístico: de Sócrates a Saussure a humanidade se inquiriu sobre qual o grau de controle temos sobre nossas próprias línguas. Além disso, nesse diálogo, vemos também os primórdios do que seriam as análises fonêmico-morfológicas – mencionam-se as *letras* (ali, fonemas) e *sílabas* que compunham as palavras – e também se fazem análises etimológicas.

Outra questão linguística relacionada à anterior e surgida na Antiguidade era sobre a (*ir*)regularidade, i.e., se na linguagem prevalece a analogia ou a anomalia. Essa questão será desenvolvida principalmente a partir dos estudos aristotélicos e estoicos.

Quanto à questão da arbitrariedade, Aristóteles alinhava-se à corrente convencionalista, tendo escrito claramente que “a linguagem resulta de convenção, visto que, nenhum nome surge naturalmente” (ARISTÓTELES *apud* ROBINS, 2004, p. 15). Dessa forma, colocava-se, ao mesmo tempo, como defensor da analogia nas línguas, pois havia uma associação entre analogia/convencionalismo e anomalia/naturalismo.

Também é importante destacar que esse filósofo, desenvolvendo uma análise mais profunda da língua, fez a primeira divisão das partes do discurso (substantivos, verbos e partículas) sobre a divisão dos enunciados (sujeito e predicado) de Platão.

À época de Aristóteles (384-322 a. C.), a Grécia já estava sob o domínio macedônio, o que provocou uma helenização do mundo antigo, pois, para os povos conquistados, o grego se tornou a língua de cultura, da política e da administração desse império. Uma nova motivação para os estudos linguísticos surge, então: os muitos povos conquistados necessitarão aprender grego. Assim, Zenão, filósofo bilingue, funda a escola filosófica estoica (c. 300 a. C.).

Opostos a Aristóteles, os estoicos eram naturalistas, o que implica verem a língua como anômala, isto é, dominada por irregularidades. Nessa disputa encontram-se os primórdios dos estudos morfológicos, pois, enquanto analogistas procuravam estabelecer os paradigmas das classes gramaticais, os anomalistas percebiam as irregularidades nos paradigmas de casos e verbos, as falhas nas primei-

ras divisões das classes de palavras, a falta de uma distinção entre flexão e derivação.

Na progressão dos primeiros estudos etimológicos (busca do significado original) e dos fonéticos – estes sim com algum progresso na classificação usando, contudo, critérios impressionísticos acústicos – aprofundaram-se as análises gramaticais. Como os sons eram igualados às letras, reforçou-se a ideia de gramática pautada na escrita (e de função normativa – ou seja, para determinar como ler corretamente os clássicos).

As primeiras análises gramaticais – desde a divisão básica feita por Platão e Aristóteles – foram sendo gradualmente aprimoradas pelos estoicos e tinham base semântico-funcional (i.e. não se baseavam na morfossintaxe). Robins (2004, p. 19-24) faz uma análise pormenorizada dessa evolução, concluindo que a maior contribuição estoica foi a redivisão e categorização mais precisa das classes. No total eram: *rhema* (verbo), *syndesmos* (artigo e pronome), *arthra* (preposição e conjunção), *mesotes* (advérbio) e, ainda, uma classe para os nomes comuns (*prosegoria*), deixando a antiga *ónoma* para os nomes próprios somente.

Foram os alexandrinus, contudo, que trouxeram ao mundo a primeira gramática, a *Arte Gramatical*, de Dionísio da Trácia (170-90 a. C.) (na verdade, mais uma compilação das ideias da época). Note-se que não consta nessa obra seção de sintaxe, conforme o que se entende hoje, pois, apesar de haver análise (das partes) da frase, esta se baseava numa divisão semântica, e não funcional.

Esses filósofos, baseados na cidade de Alexandria, capital cultural do mundo helênico, eram analogistas e, portanto, antagonizavam os estoicos. Pautavam seus estudos nas obras literárias, pois permitir a leitura dos clássicos era a razão-mor da gramática.

Dionísio (*apud* ROBINS, 2004, p. 24-25) afirmava que “a gramática é o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e prosadores” e a dividia em seis partes, a saber: (a) leitura em voz alta (para atenção à prosódia); (b) explicação das expressões literárias das obras; (c) “preparo de notas sobre fraseologia e temática”; (d) etimologia; (e) estudos de analogia; (f) crítica das composições literárias.

Dionísio chega a um total de oito classes gramaticais ao reunir os nomes próprios e comuns dos estoicos em uma só classe, separar verbo e particípio, e definir ainda o pronome e a preposição como classes independentes de artigos e conjunções, respectivamente. Essa reorganização é considerada sua maior contribuição, usada até fins da Idade Média. Também trocou o nome do advérbio para *epirrhe-ma*, i.e., o redefiniu em função do *rhema* (verbo). A essas classes, Dionísio somou ainda os cinco *paraponemas*, descrição das flexões, declinações ou derivações por elas sofríveis (mas não diferenciou esses tipos de fenômenos entre si).

Quanto à sintaxe, foi o alexandrino Apolônio Díscolo, no século II d. C, quem tentou desenvolver a primeira teoria nesse sentido, baseada na dicotomia verbo/sujeito e suas relações com os outros elementos.

Note-se, entretanto, que, tanto na época de Dionísio quanto na de Apolônio, a Grécia já estava sob o domínio romano. Por esse motivo, ambos tiveram seus trabalhos conhecidos no Ocidente apenas através de sua tradução e adaptação para o latim – tendo a tradição filosófica prosseguido em grego, todavia, na parte oriental do Império Romano.

2. Romanização do mundo: a tradição transportada

Varrão (116-27 a. C.) foi dos primeiros gramáticos latinos. Sua *Sobre a língua latina* tinha 25 volumes (dos quais só seis restam hoje) e analisava a fonética, etimologia, morfologia e sintaxe latinas nos moldes gregos, mas com algumas inovações interessantes, como: sua desautorização da velha disputa anomalia-analogia, acreditando que ambos esses fenômenos tinham lugar dentro da língua, pois decorrem do uso. Outros exemplos são sua classificação morfológica diferenciada da grega, em especial quanto aos tempos verbais – que, contudo, acabou por ser ignorada posteriormente – e sua tradução (errônea) do caso *aitiatike* por “acusativo”, a qual até hoje é adotada.

Um dos mais célebres gramáticos latinos foi Prisciano, cujos *Fundamentos de Gramática* eram quase uma tradução (aplicada, obviamente) para o latim da obra de Dionísio da Trácia, somadas aos estudos sintáticos de Apolônio Díscolo. Essa tradução foi possível

porque as gramáticas gregas eram de base semântica, como já explicado, e não sintática. A falta de originalidade de Prisciano foi traço comum a todos os outros gramáticos latinos, a exceção de Varrão.

Traduzir a obra, contudo, também teve problemas: Marcos Bagno, traduzindo Weedwood (2004, p. 34-35), chama atenção para o fato de que “uma importantíssima consequência da filtragem da doutrina gramatical grega pelos romanos, consequência visível até hoje nos compêndios gramaticais normativos, é o que poderíamos chamar de ‘teoria da frase autossuficiente’”, pois o que, nas obras gregas, era definido como *autotelos lógos* foi erroneamente traduzido para “frase completa”, quando, na verdade,

Aqueles autores gregos tinham em mente [...] a ideia de “expressão autossustentada” graças a seus elementos semânticos e à sua função dentro de uma situação comunicativa, isto é, dentro da totalidade de um texto. [...] É por isso que os manuais de sintaxe escritos e publicados até nossos dias se limitam a fazer análises sintáticas de frases isoladas do texto. (WEEDWOOD, 2004, p. 35).

A obra de Prisciano é famosa porque, além de ter assentado questões morfológicas definitivamente, a organização e detalhamento do seu trabalho o tornaram o manual preferido nos bancos escolares por oito séculos (até o início da produção original renascentista), tendo alcançado mais de mil cópias manuscritas.

Outro fato interessante é que, até o séc. IV, as gramáticas ainda seguiam o preceito de Dionísio e eram voltadas para os textos literários greco-romanos, mas, à medida que o mundo ocidental se cristianizou, foram perdendo esse aspecto e se tornando autorreferenciadas (para se distanciar da literatura pagã). Tanto a *Arte Menor* (introdução aos estudos gramaticais), quanto a *Arte Maior* (gramática propriamente dita) de Donato (IV d. C.), por exemplo, foram alvo de comentários de diversos gramáticos medievais, o que o fez o segundo mais famoso gramático latino.

As gramáticas de latim, no Ocidente, eram voltadas para falantes dessa língua como materna (nesta época). Sob o Império Romano, tal educação tinha como finalidade a formação de oradores, pois a participação política e administrativa demandava o conhecimento dessa língua. Observe-se que o ensino se dava também pelo estudo das obras literárias e que nas gramáticas (e.g a de Donato)

não se fazia a descrição das formas ou regras de formação (conhecidas pelos falantes nativos), apenas sua rotulação e classificação.

Havia, contudo, um segundo tipo de gramática (*e.g.* a de Prisciano), escritas em zonas bilíngues, mas que, ainda assim, pressupunham do aluno vasto conhecimento da língua latina.

3. *A linguística medieval e o cristianismo*

Após a queda definitiva do Império Romano Ocidental, em 476, é graças à *versio vulgata* da *Bíblia*, que o latim se difundirá pela Europa, tornando-se “a língua internacional que unia todos os cristãos letrados” (WEEDWOOD, 2008, p. 60).

Boa parte das obras de cunho linguístico da Idade Média se restringirá ao caráter didático, todavia, como a famosa *Doctrinale Puerorum*, de Alexandre Villedieu (séc. XII), que

foi escrita em hexâmetros latinos por se pensar, na época, que a versificação era muito útil aos propósitos pedagógicos. [...] É um manual puramente pedagógico, baseado, antes, no latim medieval do que no latim clássico, embora seguindo, em suas linhas gerais, a gramática de Prisciano. (CÂMARA JR., 1975, p. 22).

O embate entre latim vulgar e clássico deu-se justamente por ser a *Vulgata* escrita naquele, pelo que muitos estudiosos passaram a preferi-lo, trocando nas traduções, adaptações etc. os exemplos que citavam obras clássicas por passagens ou referências bíblicas. Matoso (1975, p. 22) cita um abade francês do século IX: “eu discordo de Donato [...] por crer ser maior a autoridade das Escrituras”. Tal questão mostra como mudara a finalidade da educação: se no Império era a participação na política, na administração ou a aquisição da então apreciada cultura clássica greco-romana, na Alta Idade Média o latim tornou-se mero instrumento para a compreensão dos textos sagrados.

Essa situação de pobreza teórico-filosófica dos estudos linguísticos só mudará a partir da Baixa Idade Média. Começa aí o movimento que levaria ao aparecimento da gramática especulativa – resultado da integração da descrição gramatical do latim de Donato e Prisciano com o sistema filosófico escolástico – o qual, por sua vez, era a integração da filosofia aristotélica à teologia católica, conforme pensada por S. Tomás de Aquino e outros (ROBINS, 2004, p. 58-59).

Os teóricos da gramática especulativa ficaram conhecidos como modistas (*modistae*) por defenderem que todas as coisas existentes possuem várias propriedades (*modi essendi*). Eles diziam buscar uma gramática universal, válida para todas as línguas, mas não foram muito longe em suas pesquisas (de forte base semanticista), por desconhecerem outras línguas que não o latim e por mal questionarem a obra de Prisciano, por exemplo. Suas maiores contribuições foram na sintaxe (parte mais negligenciada até então pelos autores clássicos), percebendo relações de transitividade, regência e redefinindo mais precisamente certas classes.

Por fim, é interessante enfatizar a grande virada de objetivos que ocorre na Idade Média. Enquanto na Antiguidade a gramática era instrumento para a filosofia e para a leitura literária, agora ela se tornara um fim em si própria. Os modistas, por exemplo, fundaram um hábito muito comum (e criticado) ainda hodiernamente nas gramáticas normativas: eles formulavam sentenças sem levar em conta a sua naturalidade ou contextualização, como *Socrates albus currit bene* (“o pálido Sócrates corre bem”), frase-título deste trabalho, pois estavam apenas interessados em exemplificar alguma estrutura (ROBINS, 2004, p. 70).

4. Considerações finais

Desde Antiguidade Clássica greco-romana, a teorização linguística foi lentamente evoluindo de dois simples termos (nome e verbo) e curiosidades etimológicas até formar, já em fins da Idade Média, algo muito próximo do que se vê nas carteiras escolares de hoje. Nessa época, as descrições linguísticas eram cada vez mais acuradas, de vocabulário mais técnico, e a gramática escolar, seus exercícios e objetivos em muito se aproximava dos modelos hoje vigentes: nela encontramos a ortografia (propriedades da *littera*) e a prosódia (propriedades da sílaba, como duração e tonicidade) – que dividiam fonética e fonologia –; a etimologia (oito partes do discurso, i.e. boa parte da morfologia moderna) e a sintaxe.

Mais que tudo, ainda que desde o princípio a tradição gramatical estivesse distante da linguagem realmente falada (isto é, sempre tenha sido voltada para o texto escrito), não se pode deixar de lamen-

tar o último golpe desferido pelos excessos religiosos medievais, ao começar o (mau) hábito da gramática autorreferenciada e autista, pois, para se distanciar do “paganismo” dos clássicos, deixou de ser voltada para a literatura, passando a citar apenas outras gramáticas ou, pior, criando exemplos artificiais e descontextualizados que visavam apenas demonstrar estruturas.

Enfim, assim como a análise linguística e a nomenclatura técnica foram aprimoradas, não podemos deixar de ansiar pelo momento em que se abandonará, absolutamente, esse modelo tão antigo de ensino em prol de algo mais próximo à nossa realidade e à totalidade dos textos.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988. (Linguística e Filologia).

HARRIS, Roy; TAYLOR, Talbot J. *Landmarks in linguistic thought: the western tradition from Socrates to Saussure*. London; New York: Routledge, 1997. v. 1.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1977.

PLATÃO. Crátilo. In: _____. *Teeto – Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUPA, 2001.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. 6. imp. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. 6. ed. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.